

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

EXPLICAÇÃO E CAUSAÇÃO

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Mendonça, Wilson
Publisher	Abstracta
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-04 17:30:43
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/172154

EXPLICAÇÃO E CAUSAÇÃO

Wilson Mendonça¹

Abstract: The paper argues against the current view according to which there is a clear dichotomy between causation and explanation. The first is usually conceived as an extensional relation connecting particulars individuated non-intentionally, while the second would concern only rational, intensional links between true propositions (facts). Close examination of the particularistic strategy employed to account for the way causal explanation depends ontologically on causation shows that it fails in at least two cases: (i) explanations involving negative facts and (ii) explanations by stative predications. This also reveals that the usual assumption of *token-states* as a new type of particular causes designated by the nominalization of the sentential expression of stative facts is not independently motivated. Moreover it goes against the plausible distinction between enabling conditions and triggering causes. The paper closes with the claim that facts can be genuine causes and effects.

It has been widely thought that the canonical form of singular causal statements is 'Event₁ caused event₂'; but fact-causation statements are also possible and indeed better. — Jonathan Bennett (1995, p. 41)

A primeira distinção necessária à formulação do problema do presente ensaio opõe **proposições causais gerais** do tipo 'fumar causa câncer' ou 'evitar o consumo de carnes vermelhas reduz o colesterol' a **proposições causais singulares**: 'a ingestão de álcool causou o acidente,' 'a tuberculose afetou-lhe o pulmão direito,' 'o número de atendimentos nos hospitais aumentou porque a umidade do ar caiu bruscamente,' 'o culpado disso foi você,' 'as últimas chuvas causaram uma boa safra,' 'graças a Cláudia a festa foi um sucesso.' *Prima facie*, proposições causais gerais referem-se a relações entre propriedades, sem considerar quando (e por quais objetos) tais propriedades são instanciadas. Assim, meu primeiro exemplo afirma, pelo menos à primeira vista, a existência de uma conexão causal geral entre as propriedades de 'ser um fumante' e 'ter câncer,' independentemente de suas instanciações concretas. Proposições causais singulares, por outro lado, têm como alvo direto conexões entre instanciações localizadas de propriedades.

Os dois tipos de proposições causais estão conectados. D. H. Mellor (1995, p. 6s.) argumenta, de forma convincente, que a forma lógica de proposições causais gerais é a de uma **generalização existencial** sobre a base de proposições causais singulares. Isto quer dizer

¹ Professor do departamento de Filosofia da UFRJ e coordenador do Centro de Ética e Filosofia da Mente/UFRJ.

que a distinção entre proposições causais gerais e proposições causais singulares não implica uma distinção ontológica entre causas e efeitos gerais, por um lado, e causas e efeitos singulares, por outro. Como proposição causal singular generalizada, a proposição causal geral se refere, em última instância, somente a conexões singulares entre causas e efeitos. Isto justifica a concentração, nas considerações semânticas a seguir, nas proposições causais singulares.

Várias locuções são empregadas na linguagem natural para exprimir relações singulares entre causas e efeitos. Dois tipos são especialmente importantes:

‘X causa Y,’

‘X porque Y.’

Talvez seja possível mostrar que outras expressões comumente utilizadas na formulação de relações causais singulares (‘estava imóvel e fiz que se movesse,’ ‘a seca produziu a figura do retirante,’ ‘teu ato impensado trouxe graves conseqüências’ (Dicionário Aurélio), ‘o maior benefício ocasiona de ordinário a maior ingratidão’ (Marques de Maricá), ‘o anúncio do governo ocasionou a queda do dólar’ ‘a intolerância de Pedro gerou ressentimento em Maria’ etc.) não trazem consigo problemas semânticos que não possam ser formulados e resolvidos com base na análise dos dois tipos mais comuns ‘X causa Y,’ ‘X porque Y.’

O segundo tipo é o ‘mais comportado’ de todos. A expressão ‘porque’ funciona neste caso como um **conector sentencial**. O que aparece à esquerda e à direita deste conector são sempre fórmulas que podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas. A partir de agora, proposições deste tipo serão sistematicamente representadas por

E porque C.

Esta fórmula é ‘molecular.’ Os ‘átomos’ (‘C’ e ‘E’) são **sentenças**. A elas correspondem, por definição, **estados de coisas**, isto é, arranjos possíveis de objetos e propriedades afirmados por sentenças. De acordo com este modo de ver as coisas, um **fato** P é, também por definição, a entidade complexa que corresponde semanticamente a uma sentença verdadeira ‘P.’ A distinção importante aqui é entre sentenças verdadeiras e sentenças falsas. Fatos são estados de coisas não meramente possíveis, mas atuais—e isto quer dizer: estados de coisas que correspondem a sentenças verdadeiras. O uso proposto da expressão ‘fato’ (e também da expressão ‘estado de coisas’) é não-problemático, pois não implica uma decisão prévia sobre

a natureza ontológica última dos fatos. Em particular, o uso proposto de ‘fato’ não resolve a questão sobre se fatos têm uma existência ontológica própria distinta da existência das propriedades e dos objetos invocados nas sentenças que afirmam fatos. Noutras palavras, um fato qualquer existe sempre que existir uma sentença verdadeira. (De forma similar, uma **propriedade K** pode ser definida como aquela entidade, qualquer que ela seja, responsável, além de b, pela verdade de uma sentença predicativa do tipo ‘Kb.’)

Uma conseqüência importante desta definição é que os chamados fatos negativos—que correspondem a sentenças que afirmam a não-ocorrência de um evento de tipo *d* ou a não-instanciação de uma propriedade K—são tão legítimos quanto os fatos positivos, embora seja razoável supor que não existem correlatos ontológicos de fatos negativos. A não-ocorrência de um evento de tipo *d* não deve ser confundida com a ocorrência de um evento de outro tipo. Contudo, tais fatos negativos podem ser invocados em explicações causais—no *explanans*, no *explanandum* e, às vezes, em ambos. Retornarei a este ponto na avaliação das relações de dependência entre explicação e causação.

Proposições da forma ‘E porque C’ afirmam, pelo menos à primeira vista, a existência de conexões entre fatos. Tais conexões não serão sempre causais: proposições do tipo ‘E porque C’ são utilizadas, por exemplo, também na lógica e na matemática, para afirmar relações *a priori*. Nos casos em que o uso da expressão ‘porque’ for causal, proposições da forma ‘E porque C’ serão denominadas, nas considerações seguintes, **explicações causais relacionando fatos**. No que diz respeito ao elemento comum a todas as explicações causais relacionando fatos, isto é, o elemento que permite distingui-las *en bloc* das explicações não-causais, recorrerei, por falta de melhores argumentos, às nossas intuições.

Em oposição ao segundo tipo de expressão de relações causais na linguagem natural, o primeiro (‘X causa Y’) é ambíguo. No lugar de ‘X’ e/ou ‘Y’ podem aparecer expressões que se referem a fatos (como ‘o fato de que P’ ou, em línguas como o inglês, expressões formadas, por exemplo, a partir da nominalização de sentenças completas). Portanto, embora um pouco estranha, a sentença complexa

O fato de que João caiu causou o fato de que João morreu

pode funcionar perfeitamente como uma explicação causal. De forma similar,

The fact that Don fell caused the fact that Don died

ou simplesmente

Don's falling caused Don's dying

explicam causalmente a morte de Don. Outro exemplo em inglês é baseado na equivalência aparente entre

I missed the train because I was late

e a forma nominalizada

My being late caused me to miss the train.

Expressões que se referem a fatos (com ou sem o recurso a nominalizações) podem aparecer, portanto, em contextos do tipo 'X causa Y.' Alternativamente, no lugar de 'X' e/ou 'Y' podem aparecer expressões que designam **particulares** e não mais fatos. Um particular é uma entidade a que podemos atribuir lugar e tempo. Exemplos claros de proposições que se referem a particulares são:

Lula causou a alta do dólar,

A queda de João causou a sua morte (i.e. a morte de João).

Isto permite definir mais uma forma de expressão de relações causais—além da primeira forma já definida 'E porque C.' No s casos em que os lugares de 'X' e 'Y' em contextos do tipo 'X causa Y' são ocupados *exclusivamente* por expressões designadoras de eventos, as fórmulas serão denominadas **proposições causais relacionando particulares** e representadas por

c causa *e*.

Em oposição à fórmula das explicações causais relacionando fatos, a fórmula acima é 'atômica.' A expressão 'causa' funciona neste contexto como um **predicado relacional** de dois lugares. 'c' e 'e' são **termos singulares** que, ao contrário de sentenças, não são verdadeiros ou falsos.

Deve-se notar que a definição de proposições causais relacionando particulares considera somente um tipo de termo singular, a saber: o tipo de termo singular que se refere a eventos. Como mostra o exemplo ‘Lula causou a alta do dólar,’ termos singulares designadores de objetos também podem aparecer, na linguagem natural, pelo menos na posição de ‘X.’ Isto parece ter sido ignorado na definição de proposições causais relacionando particulares. Mas há uma razão para a exclusão de toda menção a termos singulares de objetos na definição de proposições causais relacionando particulares. Ela reside na suposição de que qualquer proposição que se refira exclusivamente a um objeto como um dos *relata* da relação causal pode e deve ser complementada por uma proposição formulada de tal maneira que a referência ao objeto seja eliminada em favor da referência a um evento particular. O que queremos dizer com ‘Lula causou a alta do dólar’ é, provavelmente, que alguma ação particular de Lula (um evento) causou a alta do dólar. Evidentemente, a proposição complementar traz à tona uma informação que não estava contida explicitamente na proposição complementada. Se pudermos considerar esta informação adicional como *implícita* na proposição complementada original, então poderemos também afirmar que, independentemente do fato de a posição ‘X’ em ‘X causa Y’ ser ocupada por um termo singular designador de objetos ou eventos, proposições causais relacionando particulares têm sempre a forma lógica ‘*c* causa *e*,’ onde ‘*c*’ e ‘*e*’ designam eventos.

Se o que corresponde, por definição, a uma sentença é um fato, o que corresponde a um termo singular é, também por definição, um particular. Há dois tipos principais de particulares: eventos e objetos. Alguns filósofos, especialmente na filosofia da mente, incluem também *token-states* (realizações espaço-temporalmente localizadas de estados gerais). Contudo, *token-states* são freqüentemente assimilados a eventos. Mais tarde voltarei a este ponto.

Particulares são entidades às quais podemos atribuir diretamente lugar e tempo na natureza: a erupção do Vesúvio no século IV a.C., o nascimento de uma determinada pessoa num determinado lugar, o Monte Pascoal etc. Fatos, por outro lado, não são localizados no tempo e no espaço—pelo menos não da mesma forma que particulares. Fatos são aquelas entidades complexas que correspondem a sentenças verdadeiras. E uma sentença verdadeira é verdadeira em todos os tempos e em todos os lugares.

De acordo com uma convicção comumente aceita em teorias ontológicas, particulares estão relacionados *extensionalmente*. Isto quer dizer *inter alia* que asserções de relações causais entre particulares são **transparentes** no sentido em que tais asserções não são alteradas em seu valor de verdade quando os termos singulares são substituídos por termos

diferentes, porém de mesma extensão. Em particular, se uma proposição causal relacionando particulares ‘ c causa e ’ registra veridicamente, como podemos supor, a existência de uma relação causal entre os eventos c e e , então ‘ c causa e ’ continua sendo uma asserção verdadeira desde que ‘ c ’ e ‘ c' ’ (por um lado) e ‘ e ’ e ‘ e' ’ (por outro) ‘apontem,’ respectivamente, para os eventos $c (= c')$ e $e (= e')$.

Evidentemente, o poder explanatório da proposição causal relacionando particulares

A subida do dólar causou a queda da bolsa

é perdido quando se afirma alternativamente que

O evento mencionado na primeira página do *Jornal do Brasil* causou o evento relatado na página 2 de *O Globo*,

ainda que sejam assumidas aqui as identidades extensionais adequadas—o evento mencionado na primeira página do *Jornal do Brasil* é a subida do dólar e o evento relatado na página 2 de *O Globo* é a queda da bolsa. Mas apesar da diluição do poder explanatório quando se passa da primeira proposição à segunda, é possível pelo menos imaginar circunstâncias nas quais as duas proposições são equivalentes, não havendo, portanto, mudanças no valor de verdade quando se passa de uma à outra.

O último ponto pode ser desenvolvido. Proposições causais relacionando particulares não especificam, normalmente, as características ou propriedades do evento-causa *em virtude das* quais o evento-efeito ocorre. Um evento-causa particular tem tipicamente várias propriedades que podem ser invocadas nos termos singulares que o designam. A transparência de proposições relacionando particulares do tipo ‘ c causa e ’ garante indiferença do valor de verdade no caso da substituição de ‘ c ’ por outro termo singular equivalente ‘ c' .’ Por exemplo, o evento-causa pode ser o único evento que satisfaz a propriedade K e, ao mesmo tempo, o único evento que satisfaz a propriedade diferente L. Em termos mais formais:

$$c = (\exists x)(Kx),$$

$$c' = (\exists x)(Lx),$$

$$c = c',$$

onde ‘ $(\iota x)(Kx)$ ’ deve ser lido como ‘o único x que satisfaz K ’ e ‘ $(\iota x)(Lx)$,’ como ‘o único x que satisfaz L .’

Se for verdade que

$$(\iota x)(Kx) \text{ causa } (\iota x)(Mx),$$

então a sentença

$$(\iota x)(Lx) \text{ causa } (\iota x)(Mx)$$

também será verdadeira.

Contudo, embora c , independentemente do modo como é identificado, cause e , pode ocorrer que não seja em virtude da propriedade K , mas sim em virtude da propriedade co-instanciada L que o evento-efeito ocorra. Neste caso devemos dizer que L (mas não K) é **causalmente relevante** para a ocorrência de e . Se usarmos ‘ $\exists x(Kx)$,’ ‘ $\exists x(Lx)$ ’ e ‘ $\exists x(Mx)$ ’ como sentenças que afirmam, respectivamente, as ocorrências dos eventos c , c' ($= c$) e e , então a única explicação causal válida é

$$\exists x(Mx) \text{ porque } \exists x(Lx).$$

Ao contrário, a fórmula

$$\exists x(Mx) \text{ porque } \exists x(Kx)$$

não é uma explicação da ocorrência de e . Em outras palavras: não é o fato de que há, nas circunstâncias em questão, um único particular do tipo K que explica causalmente o fato de que há um único particular do tipo M . Somente L é causalmente relevante para a ocorrência de e .

Isto parece revelar uma **opacidade** em proposições do tipo ‘ C causa E ’ que as distinguiria de proposições causais relacionando particulares. Como vimos, estas são transparentes. A aparente opacidade surgirá claramente se utilizarmos a expressão ‘ $\exists x(Kx)$ ’ também como um sinônimo de ‘o fato de que existe (nas circunstâncias em questão) um único particular do tipo K .’ De acordo com a suposição feita acima, a fórmula

$$\exists x(Lx) \text{ causa } \exists x(Mx)$$

será verdadeira, ao passo que

$$\exists x(Kx) \text{ causa } \exists x(Mx)$$

será falsa.

Aqui a análise proposta parece deparar-se com uma objeção relevante. Esta objeção se baseia na convicção plausível de que, se ‘C causa E’ deve poder registrar veridicamente conexões causais *objetivas*, o seu valor de verdade não pode ser alterado pela substituição de ‘C’ e ‘E’ por expressões logicamente equivalentes —isto é, por expressões que ‘apontem’ para os mesmos fatos. Mas, aparentemente, isto é o que ocorre no exemplo acima: a substituição de ‘ $\exists x(Lx)$ ’ por ‘ $\exists x(Kx)$ ’ transforma uma proposição verdadeira numa falsa. Devemos concluir que os fatos C e E (ao contrário, talvez, dos eventos *c* e *e*) *não* podem ser os *relata* de relações causais objetivas?

A resposta a esta objeção é que as sentenças ‘ $\exists x(Kx)$ ’ e ‘ $\exists x(Lx)$,’ embora afirmem a ocorrência de um único evento *c* (= *c'*), *não* são equivalentes. Há aqui *um* evento, *mas dois* fatos. A multiplicidade de fatos não é gerada ‘subjetivamente’ pela adoção de modos alternativos de expressão, mas pelas diferentes propriedades objetivas que o evento em questão satisfaz. Algumas propriedades de um evento-causa qualquer serão causalmente relevantes, outras serão irrelevantes. Podemos, portanto, continuar considerando fatos como potenciais ocupantes do papel de causas e efeitos objetivos.

De qualquer modo, a passagem de

$$\exists x(Mx) \text{ porque } \exists x(Lx)$$

à proposição

$$(1x)(Lx) \text{ causa } (1x)(Mx)$$

mostra que é possível inferir uma proposição causal relacionando particulares de uma explicação causal relacionando fatos, pelo menos nos casos em que o *explanans* e o *explanandum* têm a forma de uma sentença existencial. Em particular, é possível inferir

A queda de João causou a morte de João

da explicação causal relacionando fatos

João morreu porque caiu,

pois, apesar das sugestões contrárias da gramática superficial, ‘João caiu’ e ‘João morreu’ são sentenças existenciais que quantificam sobre eventos. (A forma lógica de ‘João morreu,’ por exemplo, é $\exists e[\text{Morte}(e, \text{João})]$.)

Não é possível generalizar este resultado. Como se mostra mais adiante, o *explanans* e o *explanandum* de explicações causais relacionando fatos podem assumir formas diferentes da sentença existencial; e nesses casos não se pode inferir da explicação causal relacionando fatos uma proposição causal relacionando particulares.

É verdade que, para qualquer evento particular c , é sempre um fato que c ocorre. No modo formal: a qualquer termo singular para evento c corresponde a sentença ‘ c ocorre.’ Isto quer dizer que é sempre possível dar a uma proposição causal relacionando particulares

c causa e

a forma superficial da afirmação de uma relação entre fatos:

O fato de que c ocorre causa o fato de que e ocorre.

Seria um erro concluir que, desta maneira, uma proposição causal relacionando particulares pode ser sempre reformulada como uma explicação causal relacionando fatos. Não existe uma correspondência absoluta entre ‘ c causa e ’ e ‘E porque C.’ Em geral, a conexão causal afirmada com a fórmula ‘ c causa e ’ não pode ser expressa mediante o uso do conector sentencial ‘porque.’ A razão para isto é que a fórmula

e ocorre porque c ocorre

é espúria. Ela *não* é uma explicação da ocorrência de *e*.

Este é um ponto importante que deve ser desenvolvido. É sempre em virtude de uma propriedade ou outra de um evento que os efeitos deste evento são gerados causalmente. Explicações causais relacionando fatos se distinguem de proposições causais relacionando particulares exatamente por mencionar explicitamente as propriedades causalmente relevantes na produção de um efeito. Porém, ‘... porque *c* ocorre’ não faz referência a uma propriedade causalmente relevante. O que se deve ter em mente aqui é que o predicado ‘... ocorre’ não se refere a uma destas propriedades que conferem poder causal ao evento em questão. Como Helen Steward (1997, p. 150) observa, o verbo ‘ocorrer’ é um ‘verbo vazio’ que, a propósito do evento designado pelo seu sujeito, não nos informa mais do que o que podemos extrair da aplicação de um termo singular.

Steward sugere imediatamente um critério distintivo para explicações causais relacionando fatos. A idéia é considerar como explicações causais relacionando fatos todas as construções não-espúrias da forma ‘E porque *C*,’ bem como todas as expressões de relações causais que possam ser *adequadamente* parafraseadas mediante o conector sentencial ‘porque.’ A restrição introduzida com a palavra ‘adequadamente’ tem a função de bloquear paráfrases do tipo ‘*e* ocorre porque *c* ocorre,’ que, como vimos, são espúrias.

O critério proposto por Steward expande de forma razoável a definição já oferecida de explicação causal relacionando fatos. De acordo com o novo critério, a verdadeira forma lógica de

O desejo de viver com Maria fez Pedro sair de casa

é a de uma explicação causal relacionando fatos, pois seu conteúdo pode ser adequadamente captado por

Pedro saiu de casa porque queria viver com Maria.

É mais ou menos evidente que a restrição à substituição de termos singulares de eventos por expressões formadas a partir do predicado vazio ‘... ocorre’ só se aplica ao *explanans*, não ao *explanandum* de uma explicação causal relacionando fatos. Portanto, uma explicação que possa ser adequadamente parafraseada por

e ocorre porque C,

onde *C não* é da forma ‘*c* ocorre,’ é ainda uma explicação causal legítima. Como a locução ‘*e* ocorre’ não acrescenta coisa alguma ao que já podíamos saber sobre *e*, esta explicação registra a relação entre um evento e um fato. O que se chama de **causação por fatos (*fact-causation*)**—em oposição a **causação por eventos (*event-causation*)**—inclui, portanto, casos de causação de eventos por fatos, ao lado de casos de causação de fatos por fatos.

Isto pressupõe, contudo, que a estrutura (semântica) das explicações causais relacionando fatos reflete, por assim dizer, a estrutura (objetiva) das relações causais entre entidades supostamente independentes dos fatos lingüísticos, de tal forma que fatos sobre explicações causais relacionando fatos possam servir-nos *diretamente* de guia nas considerações sobre o que está ou não relacionado causalmente *in natura*. Uma fórmula não-espúria verdadeira do tipo ‘E porque C’ registra, em primeiro lugar, uma relação entre fatos—ou entre um fato e um evento. A interpretação mais ‘natural’ neste caso é a que concebe os *relata* da relação registrada pela fórmula em questão (isto é, os fatos E e C) como causa e efeito. Esta passagem direta da semântica da explicação à metafísica da causação foi implicitamente mobilizada na caracterização oferecida acima de causação por fatos (*fact-causation*). O resultado imediato deste modo de ver é que, além de eventos particulares, fatos passam a ser vistos como *relata* legítimos da relação de causação. Em particular, além de eventos, fatos também podem ser causas.

Embora as considerações a seguir procurem mostrar a correção deste resultado, devemos reconhecer como indispensável uma certa cautela na sua afirmação. *Não é óbvio* que se possa passar diretamente da explicação à causação. De fato, uma das posições mais influentes no debate contemporâneo estabelece uma clara dicotomia entre explicação e causação. Eis como Strawson (1985, p. 115), por exemplo, vê a questão:

We sometimes presume, or are said to presume, that causality is a natural relation that holds in the world between particular events or circumstances ... We also, and rightly, associate causality with explanation. But if causality is a relation which holds in the natural world, explanation is a different matter ... we also speak of one thing explaining, or being the explanation of, another thing, as if explaining was a relation between the things. And so it is. But it is not a natural relation in the sense in which we perhaps think of causality as a natural relation. It is an intellectual or rational or intensional relation. It does not hold between things in the natural world, things to which we can assign places and times. It holds between facts or truths.

Um eco da distinção proposta por Strawson entre a relação ‘natural’ de causação e a relação ‘racional’ de explicação pode ser encontrado também no livro mais recente de

Pietroski (2000, p. 89): ‘we have a concept of causation that is a concept of a relation between events, which are individuated non-intentionally; and we have a concept of explanation that is a concept of a relation between facts, which are individuated intentionally.’ Na terminologia conseqüente de Pietroski (2000, p. 98), devemos distinguir *explainers* (fatos) de *causes* (eventos).

Evidentemente, isto nos deixa com um problema: como devemos conceber a ‘associação’ (claramente reconhecida por Strawson e Pietroski) entre a relação da explicação, por um lado, e a relação da causação, por outro? As duas relações (supostamente distintas) estão estreitamente ligadas, pois a explicação relevante neste contexto é *causal*. Isto quer dizer que o que faz com que uma explicação seja *verdeiramente causal* também deve fazer com que seja *verdadeira* a proposição causal correspondente. Nos casos em que os fatos relacionados pela explicação têm a forma de generalizações existenciais, a ligação estreita entre explicação e causação aparece com clareza. Em particular, o que torna a explicação causal

João morreu porque João caiu

verdadeira, também deve tornar verdadeira a proposição causal

A queda de João causou a morte de João.

Nem todas as explicações causais relacionando fatos estabelecem relações entre fatos existenciais sobre eventos, mas a passagem aparentemente não-problemática de explicações do tipo ‘João morreu porque João caiu’ a proposições do tipo ‘A queda de João causou a morte de João’ serve de modelo a todas as teorias filosóficas que querem conceber o caráter causal de explicações relacionando fatos sem recorrer a supostas relações causais entre entidades não-particulares. O princípio operativo de tais teorias consiste em evitar qualquer compromisso com conexões *causais* entre fatos, pois a natureza intensional dos fatos os desqualificaria ao papel de genuínos *relata* da relação causal. Num sentido importante, esta é a posição dominante na filosofia da mente (cf. Steward 1997, p. 151).

Se, como diz Strawson, os únicos *relata* da relação causal são particulares, isto é, entidades às quais podemos atribuir lugar e tempo, como devemos conceber a conexão entre os fatos da relação explanatória, por um lado, e os fatos da relação causal entre eventos particulares, por outro? A **associação particularista entre explicação e causação**, subjacente à posição dominante, reconstrói explicações causais relacionando fatos como generalizações

existenciais sobre particulares conectados extensionalmente. Os passos principais da associação particularista estão claramente demarcados em Pietroski (2000, pp. 101ss.). A forma lógica de

Fido barked at t

é, de acordo com Pietroski,

$$\exists e[\text{Bark}(e, \text{Fido}) \ \& \ \text{At}(e, t)]$$

ou, de forma resumida,

$$\exists e(\Phi e),$$

onde Φ é uma condição complexa satisfeita pelo evento e . O evento e é o que Pietroski chama de *truth-maker* da proposição expressa por ‘Fido barked at t ’—isto é, ‘Fido barked at t ’ é uma proposição *sobre* o evento e . De modo semelhante, é possível definir uma condição Ψ e um evento c como o *truth-maker* da proposição

Fido saw Garfield at t ,

de tal modo que esta proposição, representada por

$$\exists c(\Psi c).$$

é *sobre* o evento c .

Ex hypothesi, as proposições em questão são verdadeiras (são fatos) e a segunda explica a primeira:

$$\exists e(\Phi e) \text{ porque } \exists c(\Psi c).$$

Ademais, os eventos c e e estão supostamente relacionados de acordo com a proposição:

c causa e .

Isto permite a Pietroski formular, numa primeira aproximação, uma condição suficiente para causação em termos de explicação:

O evento c causa o evento e se um fato sobre c explica um fato sobre e .

Para os propósitos do presente trabalho, não é necessário desenvolver os (muitos) detalhes adicionais desta proposta, que Pietroski denomina de ‘causação como extensionalização da explicação.’ O ponto relevante no presente contexto é que a proposta, como exemplificação da estratégia da associação particularista entre explicação e causação, se baseia na reconstrução de explicações causais relacionando fatos como generalizações existenciais sobre entidades ‘naturais’ (particulares) ligadas pela relação de causa e efeito. Ao restringir a tese da causação como extensionalização da explicação à formulação de uma condição de suficiência para causação particularista e sobretudo ao deixar aberta a questão da existência possível de outras relações não-particularistas de causação,² Pietroski defende uma variante modesta da associação particularista entre explicação e causação.

Numa perspectiva menos modesta, a idéia é generalizar o raciocínio que leva à atribuição da forma lógica

$$\exists c \exists e [\text{Queda}(c, \text{João}) \ \& \ \text{Morte}(e, \text{João}) \ \& \ \text{Causa}(c, e)]$$

à explicação causal ‘João morreu porque João caiu,’ por exemplo.

Embora não implique eventos particulares definidos, esta fórmula apresenta a verdade da explicação causal como *ontologicamente* dependente da verdade expressa pela correspondente proposição causal relacionando particulares. Ela diz (i) que João é o ‘sujeito’ de (pelo menos) um evento que satisfaz o predicado sortal ‘... é uma queda’ e de (pelo menos) um outro evento que satisfaz o sortal ‘... é uma morte’ e (ii) que o primeiro evento causou o segundo evento.

Se pudesse ser generalizada a todas as formas da relação explanatória, além da relação que conecta fatos de estrutura existencial—à qual ela se aplica com perfeição—a estratégia da associação particularista terminaria por fazer da expressão ‘causação por fatos’ (*fact-*

² ‘Like many others, I think causation is primarily a relation between events, while explanation is primarily a relation between facts. But I do not say that *only* events can be causes (or effects). Perhaps other entities, like states or facts, can be related to causal relations.’ (Pietroski 2000, p. 89)

causation) uma designação falsa ou pelo menos enganadora. Simplesmente não existiria causação por fatos. O que alguns filósofos ainda chamam ‘causação por fatos’ seria, na melhor das hipóteses, uma relação ‘não-natural’ e intensional que dependeria ontologicamente da única relação de causação verdadeiramente existente: a causação por eventos (*event-causation*).

Os problemas da associação particularista entre explicação e causação foram magistralmente identificados por Steward (1997, pp. 153ss.). Há dois conjuntos de contra-exemplos à análise subjacente à estratégia associacionista. O primeiro envolve fatos negativos. Não é possível extrair de uma explicação da forma

$$\sim\exists x(Mx) \text{ porque } \sim\exists x(Lx)$$

ou da forma

$$\sim\exists x(Mx) \text{ porque } \exists x(Kx)$$

uma proposição causal cujo conteúdo se refira a dois eventos ‘naturais’ que se relacionem como causa e efeito. Se, ao contrário dos seus companheiros, João não morreu porque não caiu ou talvez porque pôde segurar-se na rocha, não temos como remeter o caráter causal da explicação em questão a uma relação de causação entre eventos positivos. Tampouco podemos recorrer tentativamente a ‘eventos negativos.’ A não-ocorrência de um evento de um certo tipo é um fato negativo que não deve ser interpretado como a ocorrência de um ‘não-evento’ (a ‘não-queda’ de João). Restaria o recurso de negar caráter causal às explicações em questão. Mas isto parece mais um recurso *ad hoc* para manter a análise a despeito de contra-exemplos recalcitrantes. Ademais, a arbitrariedade deste recurso salta aos olhos quando se consideram explicações da forma

$$\exists x(Mx) \text{ porque } \sim\exists x(Nx),$$

pois aqui a ocorrência de um evento é explicada por um fato negativo.

O segundo conjunto de contra-exemplos à estratégia da associação particularista entre explicação e causação é um pouco mais complicado. Ao contrário das explicações causais que mobilizam fatos negativos, casos envolvendo as chamadas **predicações estativas** permitem,

pelo menos aparentemente, a extração de proposições cujo conteúdo se refere a entidades particulares. Tais entidades são os *token-states* freqüentemente invocados na filosofia da mente. Considere uma explicação da ocorrência de um incêndio em termos do fato de que a mata estava seca. ‘... estava seca’ é um predicado estativo, um *state sortal*. Talvez seja necessário assumir neste caso a ocorrência de um evento independente (por exemplo, o acendimento de um fósforo), sem o qual o incêndio não teria ocorrido. Todavia, a contribuição causal deste evento independente para o efeito em questão não torna obsoleto o papel causal da condição geral da mata: se esta não estivesse seca, o acendimento do fósforo não teria resultado no incêndio. Ademais, o evento independente que estamos considerando não tem a mata como ‘sujeito,’ não podendo, portanto, ser invocado na defesa da análise subjacente à associação particularista. Como podemos extrair, então, da explicação de um evento baseada na contribuição causal de uma condição estativa uma proposição causal relacionando particulares apropriada à análise da associação particularista?

Uma possibilidade bastante comum consiste em associar ao fato estativo um estado particular (um *token-state*), designado pela **nominalização** da expressão sentencial do fato estativo. Deste modo, a explicação causal

O incêndio ocorreu porque a mata estava seca

permitiria a extração da proposição causal

A secura da mata causou o incêndio.

E esta proposição parece relacionar dois particulares.

A forma lógica de ‘O incêndio ocorreu porque a mata estava seca’ seria, portanto,

$$\exists c \exists e [\text{Secura}(c, \text{mata}) \ \& \ \text{Incêndio}(e, \text{mata}) \ \& \ \text{Causa}(c, e)].$$

A extração de uma proposição causal aparentemente relacionando particulares mediante o recurso da nominalização levaria, assim, à concepção de um novo tipo de causa particular: um *token-state*. Ademais, como causas parciais, *token-states* interagiriam causalmente com outros particulares (eventos e *token-states*) na geração de um efeito. O estado de secura da mata (uma causa parcial) combinar-se-ia, portanto, com o acendimento do fósforo (outra causa parcial) na produção do incêndio.

Aplicada ao caso psicológico, a nominalização de *state sortals* como ‘... acredita que P’ (= ‘... está acreditando que P’) ou ‘... deseja (que) P’ (= ‘... está desejando (que) P’) levaria aos estados intencionais de crença e de desejo. Da explicação

X correu porque acreditava que P

poder-se-ia extrair

A crença de que P causou a corrida de X.

De forma análoga, a explicação

X agiu de modo Y porque desejava P

quantificaria, entre outras coisas, sobre um *token-state* de desejo conectado a uma ação particular (um evento) de acordo com a proposição causal

O desejo de P causou a ação Y de X.

As formas lógicas associadas às duas últimas explicações poderiam ser representadas por

$$\exists c \exists e [Crença(c, X) \ \& \ Conteúdo(c, P) \ \& \ Corrida(e, X) \ \& \ Causa(c, e)]$$

e, respectivamente,

$$\exists c \exists e [Desejo(c, X) \ \& \ Conteúdo(c, P) \ \& \ Ação_Y(e, X) \ \& \ Causa(c, e)].$$

A avaliação definitiva deste modo de tratar explicações causais relacionando fatos cujos *explanantia* envolvem condições estativas dependerá das nossas atitudes *vis-à-vis* as possibilidades da nominalização. Os que não vêem nos fatos inegáveis da mera nominalização uma garantia suficiente para a reificação (‘particularização’) de condições estativas, sent ir-se-ão racionalmente motivados a requerer um argumento independente em favor da expansão do universo das entidades ‘naturais’ causalmente eficazes além dos eventos particulares. Deve-se notar que, de acordo com a concepção particularista que resulta em *token-states*, a

contribuição das entidades obtidas pela nominalização de condições estativas não deve ser qualitativamente diferente da contribuição de ocorrências particulares. Ao contrário, condições estativas nominalizadas (*circumstances*, nos termos da passagem já citada de Strawson) são vistas como *causas* particulares parciais de efeitos para cuja produção concorrem também outras causas particulares (sobretudo eventos). Isto quer dizer que a nominalização reificadora de *explanantia* estativos resulta na homogeneização de papéis causais que, noutra perspectiva, parecem ser dissimilares. Uma condição estativa (por exemplo, o fato de que a mata estava seca) é um estado permanente que contribui para a ocorrência do evento-efeito (por exemplo, o incêndio) na medida em que desempenha o papel de uma condição possibilitadora (*enabling condition*) para a operação de um evento-causa (por exemplo, o acendimento de um fósforo). Ao assimilar o papel causal desempenhado por condições causais (interpretadas como *token-states*) ao papel causal desempenhado por ocorrências particulares na geração de outros eventos, a estratégia da associação particularista apoiada na nominalização nega qualquer importância metafísica à distinção entre eventos, por um lado, e condições permanentes operando, por assim dizer, em *background*. Evidentemente, esta concepção ontológica não é absurda. Talvez devamos tratar condições possibilitadoras e ocorrências particulares *indiferenciadamente* como causas *parciais* que necessitam conjuntamente o evento-efeito—a despeito da distinção inicialmente razoável entre as causas espaço-temporalmente localizadas e os fatores permanentes que constituem o pano de fundo causal. O ponto relevante é que isto requer um argumento independente da mera nominalização.

No estágio atual da discussão filosófica sobre causação, deve estar claro que este argumento não existe. Ou se existir, ele é desconhecido pelas várias correntes filosóficas que dele mais precisam, isto é, pelas correntes filosóficas para as quais causação *in re* (em oposição à relação racional da explicação) é sempre e exclusivamente uma relação particularista. Não é um acaso insignificante que, ao invés de oferecer um argumento, Strawson apele, na passagem citada, à ‘presunção’ comum segundo a qual causação é uma relação particularista conectando eventos e circunstâncias. Especialmente na filosofia da mente, eventos e estados mentais são vistos e tratados, sem maiores justificações, como itens de uma mesma categoria, como antecedentes causais homogêneos que concorrem aditivamente para produzir o comportamento. Kim, por exemplo, escreve na abertura de seu livro *Philosophy of Mind* (Kim 1998, p. 6):

A process can be thought of as a causally connected series of events and states, and events differ from states only in that they suggest *change* whereas states do not. We can use the terms ‘phenomena’ and ‘occurrences’ to cover both events and states. We will often use one or another of those terms in a broad sense inclusive of the rest (that is, when we say ‘events,’ that shouldn’t be taken to exclude states, phenomena, and the rest).

Na ausência de um argumento que lhe possa dar apoio, esta estipulação é simplesmente arbitrária. Não está errado insistir que um evento-causa particular deva combinar-se com uma condição estativa independente para dar origem a efeitos. Ao contrário, é somente em conjunção com uma condição estativa possibilitadora que o evento particular exerce o seu poder causal da forma esperada. Mas isto não é necessariamente um caso de entidades ‘naturais’ (*causas parciais*) que se combinam na produção de um efeito. Em todos os mundos nomologicamente possíveis em que esta condição não for satisfeita, o evento-causa particular não será seguido do efeito esperado. Apresentar o que está faltando nestes mundos como uma outra causa parcial é arbitrário ou pelo menos enganador, pois sugere a ausência de outro particular além do evento-causa. O que deve ser acrescentado a estes mundos possíveis para que o evento-causa produza o efeito é a *satisfação de uma condição*, isto é, um fato, que deve ser representado por uma sentença, em oposição a uma entidade particular representada por um termo singular. Tal sentença pode ser integrada como *explanans* a uma fórmula explanatória estruturada em torno do conector sentencial ‘... porque ...’ (‘O incêndio ocorreu porque a mata estava seca,’ ‘X correu porque acreditava que P’). Além disso, a sentença que expressa a satisfação da condição pode ser nominalizada—e isto pode levar à transformação da explicação causal relacionando fatos original numa fórmula do tipo ‘A *secura* da mata causou o incêndio’ ou ‘A *crença* de que P causou a corrida de X.’ Mas o recurso à nominalização não pode transformar um fato num particular. Isto implica, entre outras coisas, que, *na ausência de um argumento que vá além do mero apelo à nominalização*, a forma ‘... causou ...’ (tal como ela aparece na transformação da explicação causal original relacionando fatos) *não* deve ser vista como um predicado relacional de dois lugares, mas como a expressão oblíqua de uma relação adequadamente representada pelo conector sentencial ‘... porque ...’

A conclusão imediata é que a estratégia da associação particularista entre explicação e causação fracassa no caso dos *explanantia* estativos. Ela também fracassa no caso de explicações envolvendo fatos negativos. Devemos reconhecer, portanto, que há *muitas* explicações causais genuínas cujo caráter causal não pode ser concebido em termos particularistas. Neste ponto, a interpretação que se impõe é a mais natural e direta: os *relata* de *muitas* relações representadas pela fórmula não-espúria ‘E porque C’ podem ser causas e

efeitos legítimos. Sobretudo os fatos invocados nos *explanantia* estativos e negativos são causas reais—não meramente entidades ‘intelectuais’ que se referem indiretamente a entidades ‘naturais’ à la Strawson.

Esta negação do princípio particularista que restringe o âmbito da causação às entidades ‘naturais’ localizáveis no espaço e no tempo não deve ser transformada—como ocorre em Mellor (1995)—na concepção radical segundo a qual os verdadeiros e únicos *relata* da relação causal são fatos: entidades particulares (eventos) seriam causas somente derivadamente. Se, como disse Pietroski (2000, p. 89), temos um conceito de causação que é um conceito de uma relação entre eventos, também temos (ou podemos estabelecer justificadamente) um outro conceito de causação que é o de uma relação entre fatos. Noutras palavras: causação por fatos (*fact-causation*) é um fato. E causação por fatos pode coexistir com causação por eventos (*event-causation*).

O problema filosófico da causação mental é o de mostrar que, apesar das relações de dependência entre o mental e o físico, o poder causal de entidades mentais manifestado na geração de efeitos físicos não é, por assim dizer, previamente esvaziado pelo poder causal de entidades físicas. Como podem ser causalmente eficazes as entidades mentais, dado que as entidades físicas já o são? Qualquer solução tentativa deste problema terá a forma de um dualismo. A concepção de causação defendida no presente trabalho abre pelo menos duas perspectivas neste âmbito: dualismo de eventos (*event-dualism*) e dualismo de fatos (*fact-dualism*). A primeira é a opção preferida de Pietroski. Uma tese interessante—que infelizmente não pode ser desenvolvida aqui—afirma que o dualismo de fatos adequadamente interpretado pode fornecer uma solução mais plausível para o problema da causação mental.

Referências bibliográficas

- Bennett, J. (1995). *The Act Itself*. Oxford: Clarendon Press.
- Kim, J. (1998). *Philosophy of Mind*. Boulder: Westview Press.
- Mellor, D. H. (1999). *The Facts of Causation*. Londres: Routledge.
- Pietroski, P. (2000). *Causing Actions*. Oxford: Oxford University Press.
- Steward, H. (1997). *The Ontology of Mind*. Oxford: Clarendon Press.
- Strawson, P. (1985). ‘Causation and Explanation.’ Em Vermazen e Hintikka (1985), pp. 115-35.

Vermazen, B. e Hintikka, M. (orgs.) (1985). *Essays on Davidson: Actions and Events*.
Oxford: Clarendon Press.